

Coluna do Castello

Vai cair parte do confisco cambial

A exclusão do confisco cambial de parte das divisas obtidas pelos exportadores, de maneira que eles disponham de parcela dos seus ganhos para vendê-los no câmbio livre, é outro dos itens do plano econômico em estudos no Palácio do Planalto para início de divulgação amanhã e apresentação final depois do debate, dia 4, na Granja do Torto com os líderes sindicais.

Essa concessão do governo, inédita desde que se estabeleceu o controle de câmbio pela Cacex, foi comunicada, entre outras, na sexta-feira, pelo diretor dessa carteira à Fiesp, onde compareceu o sr. Roberto Fendt para levar informações, segundo as quais, ao completar-se uma semana da reunião de Itatiba, o presidente da República se dispunha a atender a algumas reivindicações do empresariado paulista.

Já publicado em São Paulo quase na íntegra, o *compte-rendu* dos debates realizados na fazenda do sr. Mathias Machline, verifica-se que a liberação de parte dos ganhos cambiais corresponde à reivindicação expressada na reunião pelo sr. Mario Amato, que pediu medidas (talvez um câmbio duplo) pela qual o governo ficasse com 60% das divisas e permitisse ao exportador vender 40% no câmbio livre. O sr. Amato admitia "algo parecido" também, outra fórmula que liberasse o exportador da "irrealidade cambial".

Na reunião de Itatiba, houve unanimidade no apoio à política não-recessiva do presidente da República, e apenas um empresário, o sr. Claudio Bardella, pregou o retorno ao FMI, tendo sido contestado imediatamente pelos srs. Amato, Amador Aguiar e Olacir de Moraes. Em compensação, não houve referências ao ministro Dilson Funaro, o que se associa a críticas contundentes à sua assessoria e a órgãos do seu ministério, bem como à imprecisão ou inexistência de regras do jogo. Houve incompetência na importação de arroz, por exemplo, e na de milho, cujos excedentes deveriam ser reexportados.

Para o sr. Paulo Villares "os teóricos da economia trabalham em algo paralelo que não é a economia brasileira". Entende ele que as exportações nacionais poderão duplicar em cinco anos. Teses semelhantes foram expostas por outros debatedores. O presidente interferiu no debate para negar que haja decisão de retornar ao congelamento. Prefere que a economia flutue livremente, sob vigilância discreta de alguns preços essenciais à população mais pobre.

Juros, irrealismo na preservação de reservas indígenas, as quais, para atender a 200 mil silvícolas, dispõem de uma área de 70 milhões de hectares, enquanto toda a agricultura dispõe de apenas 52 milhões de hectares, atenção para exploração racional das jazidas de ouro de Calha Norte, superiores às da África do Sul, e crítica ao ministro da Saúde figuram no relato.

As críticas mais pesadas foram aos assessores do ministro da Fazenda e à imprensa, além da CUT-PT, responsabilizada pela politização das reivindicações trabalhistas com fins eleitorais. Falando em nome de 130 mil empresas, o sr. Mario Amato declarou que os meios de comunicação não estão à altura do que se faz no Brasil, pois apenas divulgam fatos negativos. "E quando não existem fatos negativos, inventam." O sr. Mario Artur Adler, da Estrela, disse que nossos meios de comunicação, sobretudo a imprensa, estão deturpando sempre mais os fatos econômicos e políticos. "No entanto, os proprietários de jornais, rádios e televisão são empresários, mas os veículos, no dia-a-dia, não são dirigidos por eles e, sim, pelos noticiaristas interessados em agitar."

Quanto à equipe financeira, o sr. Paulo Villares disse que ela é fraca e causadora de incertezas. E o sr. Chap-Chap acrescentou que "o que mais espanta é que todos concordam e ninguém resolve, falta comando." Já o sr. Olacir de Moraes afirmou que hoje, na Fazenda, não há ninguém com capacidade de aferir custos reais de produto que será submetido a preços tabelados. O sr. Aldo Lorenzetti, da Abinee, disse que "o estafe de técnicos do Ministério da Fazenda é irrealista, não conhece mercado e muito menos a realidade brasileira".

Também para o PMDB sobrou algum pau. O mesmo sr. Lorenzetti, identificando como fontes de orientação do governo o staff econômico e o partido político de sustentação, afirmou que o PMDB tem conotações ideológicas inadequadas para a solução da crise a curto prazo. Enfim, o sr. Jorge Jacob, Fenícia, foi patético: "Sinto dizer, mas a recessão já começou."

A hegemonia do PMDB

O PMDB, por suas lideranças parlamentares, já firmou sua hegemonia política na Constituinte e no Congresso como fonte de sustentação do governo. O PFL tornou-se prescindível como força auxiliar, pelo menos do ponto de vista triunfante do partido majoritário. Resta saber se o presidente da República está tranquilo com um novo quadro político dentro do qual seus antigos companheiros do PDS que se armaram em dissidência para compor-se com o PMDB ficam sem alternativas a não ser desocupar as áreas ocupadas no governo, deixando entregue à própria sorte e à intimidação da maioria a fração liberal e conservadora do partido único do poder.

Carlos Castello Branco